

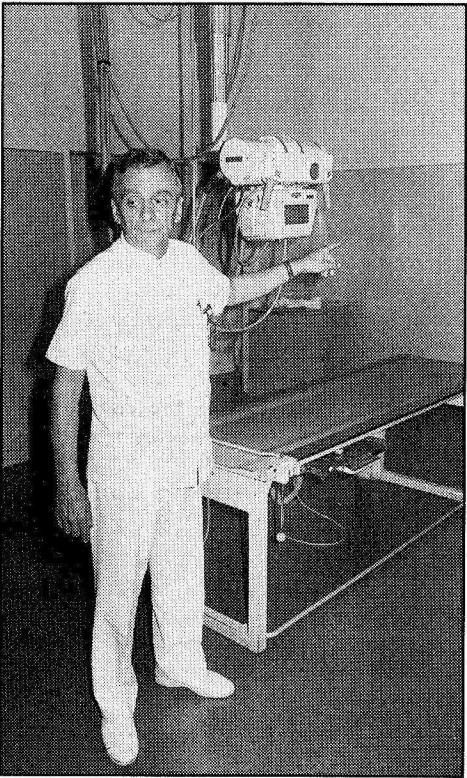
Centro de Trauma ainda está ocioso

Um acidente de trem, de avião ou na Zona de Inflamáveis poderia tomar proporções catastróficas devido à ausência em Brasília de uma unidade especializada em atender pacientes politraumatizados (com queimaduras, fraturas, etc). No entanto, o Centro de Trauma já existe e aguarda desde março sua destinação, assim como todos os seus outros serviços de apoio, mantidos pelo Hospital das Forças Armadas.

O projeto do Centro de Trauma surgiu com o almirante-médico Humberto Araújo, ex-diretor do HFA, vendo a possibilidade de ampliar a assistência terciária no setor, em Brasília. Para executá-lo, seriam necessárias três etapas. A primeira delas foi cumprida: a construção da unidade, que ocupa todo o lado direito do 5º andar do hospital e que terá, a princípio, capacidade para 25 leitos, aumentando depois para 50 e, por último, cem. O projeto não foi adiante porque o hospital necessita de recursos financeiros.

Qualificação — Segundo o coordenador do Centro de Trauma, o capitão-de-mar-e-guerra Mauro Gonçalves, o HFA não tem autonomia para investir em pessoal qualificado, dada a legislação que condiciona as contratações a concurso público. Atualmente, o hospital tem mil 083 funcionários, sendo 683 civis e 400 militares. Para pôr toda unidade em funcionamento, seria necessária a contratação de mais 450 profissionais especializados.

“A média de salários de um médico daqui está em torno de Cr\$ 700 mil, por 20 horas semanais. O Hospital de Base oferece um salário em torno de Cr\$ 3 milhões. A cada concurso público realizado por outros órgãos vamos perdendo pessoal qualificado e a legislação não nos



Borgerth: hospital está ocioso

dá o direito de fazer novas contratações”, explica o capitão Mauro Gonçalves.

O Hospital das Forças Armadas presta atendimento a militares, familiares, servidores civis do Estado-Maior das Forças Armadas e da Presidência da República, mantendo ainda convênios com tribunais, corpo diplomático, Banco do Brasil e Corpo de Bombeiros, entre outros. Sua capacidade total é de 350 leitos, mas nunca, em todos os seus 20 anos, sua ocupação passou de 80 leitos, ou seja, menos da metade do que é capaz de atender.

Contrato — Para inverter esta situação, o tenente-coronel José Armando

Borgerth diz que a saída encontrada pelo diretor Flávio Rizzo Braga é a autogestão, ou seja, a privatização dos serviços do hospital. “Isso nos permitirá a realização de convênios, que trariam recursos para a compra de equipamentos e contratação de pessoal. Não implicaria, no entanto, na privatização do patrimônio. A prestação do serviço continuaria da mesma forma. Os serviços do HFA não são gratuitos, já que os militares contribuem para os fundos de saúde, que arcam com 80 por cento das despesas e o paciente com o restante”, explica Borgerth.

RJU — Quanto aos funcionários do HFA, o tenente-coronel Borgerth acha que apenas os novos — a serem contratados — passariam pela mudança, já que trabalhariam em Regime Jurídico Único RJU. “Os que quiserem continuar podem até fazer opção ou pedir transferência para outra unidade. No entanto, todos terão de trabalhar”, conclui.

O militar cita como exemplo de privatização na área hospitalar que deu certo o Hospital Sarah Kubitschek. Segundo ele, com o equipamento do Centro de Trauma, o HFA terá condições de atender pacientes com qualquer tipo de trauma e muito mais rápido do que outras unidades, já que em Brasília não existe um setor dedicados exclusivamente a esta área.

Com a autogestão, a direção do HFA pretende implementar os programas de cirurgia cardiovascular, doenças pulmonares, imanologia (tomografia computadorizada, ressonância magnética e ecografia, medicina nuclear, medicina experimental, doenças oculares (com implantação de tratamento com raio laser), endoscopia, laparoscopia e doenças renais (hemodiálise).